

**CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM
CONTROLADORIA GERAL DO COFEN
DIVISÃO DE AUDITORIA INTERNA**

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Parecer: PC 001/2017

As análises aplicadas à documentação apresentada pela autarquia objetivaram assegurar a regular gestão dos recursos públicos, sobretudo no que tange à legalidade, economicidade, eficiência e efetividade dos fatos inerentes à administração orçamentária, financeira, contábil, patrimonial, operacional e de controle, além dos atos potenciais que possam vir a refletir sobre a gestão do patrimônio da entidade.

Unidade: Conselho Regional de Enfermagem Tocantins

Cidade: PALMAS - Tocantins

Gestor Responsável: Ana Paula Delfino de Almeida Cecco

APRESENTAÇÃO

O Conselho Regional de Enfermagem acima referenciado integra, em conjunto com os demais Regionais e este Conselho Federal, o Sistema COFEN/Conselhos Regionais, Autarquia criada pela Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973.

Em cumprimento às determinações emanadas do citado normativo, bem como do Regimento Interno do Conselho Federal de Enfermagem- COFEN, aprovado pela Resolução COFEN 421/2012, relata-se, a seguir, os resultados verificados com base na análise prévia realizada sobre a Prestação de Contas Anual referente ao exercício financeiro de 2016, encaminhada intempestivamente pelo COREN-TO em 10/03/2017 por meio do OFÍCIO Nº 059/2017-COREN-TO.

As análises aplicadas à documentação apresentada pela autarquia objetivaram assegurar a regular gestão dos recursos públicos, sobretudo no que tange à legalidade, economicidade, eficiência e efetividade dos fatos inerentes à administração orçamentária, financeira, contábil, patrimonial, operacional e de controle, além dos atos potenciais que possam vir a refletir sobre a gestão do patrimônio da entidade.

A prestação de contas, ora apresentado, foi estruturado por meio de títulos específicos, de acordo com normativos estabelecidos pela Resolução COFEN nº 504/2016 , os quais formalizam a elaboração do Processo de Prestação de Contas Anual referente ao exercício de 2016.

PARECER DA CONTROLADORIA REGIONAL SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DO COREN TOCANTINS

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao quanto determinado por meio da Resolução Cofen nº 504/2016, relata-se, neste documento, os resultados dos exames realizados sobre os atos e consequentes fatos de gestão, ocorridos na unidade suprarreferida, no período de 01/01/2016 a 31/12/2016.

I - ESCOPO

Os aspectos verificados na análise da prestação de contas, quanto à estrutura, conteúdo e forma, foram aqueles estabelecidos pela Resolução Cofen nº 504/2016.

No que tange às informações contidas nas diversas peças que compõem a prestação de contas anual, registre-se que as mesmas foram analisadas com base no que determina a Lei de Finanças Públicas 4320/64, Lei de Responsabilidade Fiscal 101/2000, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP-2015, bem como quanto ao estabelecido nos demais normativos aplicáveis.

II - RESULTADOS DOS EXAMES

1. DA ESTRUTURA E DA CONFORMIDADE LEGAL DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

1.1 A documentação encaminhada pelo COREN-TO, observando-se o cumprimento das determinações elencadas na Resolução Cofen nº 504/2016.

1.2 Torna-se oportuno ressaltar que a prestação de contas em análise, referente ao exercício de 2016, foi aprovada em Ata da 71ª Reunião Extraordinária do Plenário do Conselho Regional de Enfermagem do Tocantins, sendo estabelecida a conformidade legal do ato por meio do Parecer Opinativo nº 0001/2017, exarada em 21 de fevereiro de 2017.

1.4 A mencionada Prestação de Contas Anual elenca como responsáveis pela Gestão Orçamentária, Financeira, Contábil, Patrimonial e Operacional, aqueles citados na listagem apresentada, destacando-se os seguintes:

AGENTE PÚBLICO	CARGO / FUNÇÃO
Ana Paula Delfino de Almeida Cecco	Presidente
Samyra Maria Alves de Araujo	Secretária
Joicy Princeza de Portugal	Tesoureira

1.5 No que tange à responsabilização pelos atos e fatos praticados por agentes públicos no exercício de suas atividades cabe mencionar o posicionamento do Tribunal de Contas da União - TCU, exarado por meio da Instrução Normativa 63/2010, conforme transcrito a seguir:

Art. 4º O Tribunal definirá anualmente, em decisão normativa, as unidades jurisdicionadas cujos responsáveis terão processos de contas ordinárias constituídos para julgamento, assim como os conteúdos e a forma das peças que os compõem e os prazos de apresentação.

(...)

Art. 10 Serão considerados responsáveis pela gestão os titulares e seus substitutos que desempenharem, durante o período a que se referirem as contas, as seguintes naturezas de responsabilidade, se houver:

I. dirigente máximo da unidade jurisdicionada;

II. membro de diretoria ou ocupante de cargo de direção no nível de hierarquia imediatamente inferior e sucessivo ao do dirigente de que trata o inciso anterior, com base na estrutura de cargos aprovada para a unidade jurisdicionada;

III. membro de órgão colegiado que, por definição legal, regimental ou estatutária, seja responsável por ato de gestão que possa causar impacto na economicidade, eficiência e eficácia da gestão da unidade.

Parágrafo único. O Tribunal poderá definir outras naturezas de responsabilidade na decisão normativa de que trata o art. 4º.” (grifo meu)

2. DOS EXERCÍCIOS FINANCEIROS PRECEDENTES

2.1 As análises inerentes a pareceres sobre procedimentos de auditoria e prestações de contas de exercícios anteriores foram apresentadas neste capítulo, com o intuito de subsidiar o exame do exercício em questão, conforme estabelece a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União- LOTCU-8443/92, por meio dos artigos ora transcritos:

Art. 16. As contas serão julgadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão do responsável;

II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal de que não resulte dano ao Erário;

III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes ocorrências:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) prática de ato de gestão ilegal, ilegítimo, antieconômico, ou infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial;

c) dano ao Erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ao antieconômico;

d) desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos.

§ 1º O Tribunal poderá julgar irregulares as contas no caso de reincidência no descumprimento de determinação de que o responsável tenha tido ciência, feita em processo de tomada ou prestação de contas.

2.2 Prestação de Contas Anual (2015)

2.2.1 Não foi apresentado parecer definitivo do COFEN em relação a prestação de contas do exercício de 2015, do COREN TO.

2.3 Auditorias Rotineiras (PAINT COFEN 2015)

2.3.1 Não foram realizados procedimentos de auditoria nos exercícios de 2016 no citado regional.

3. DO RELATÓRIO DE GESTÃO

Considerando Memorando Circular Controladoria COFEN nº 028/2017, que informa a dispensa da apresentação do Relatório de gestão de composição da prestação de contas ordinárias do exercício de 2016, o que inviabiliza a análise do referido relatório.

3.1 Identificação e outros atributos da unidade

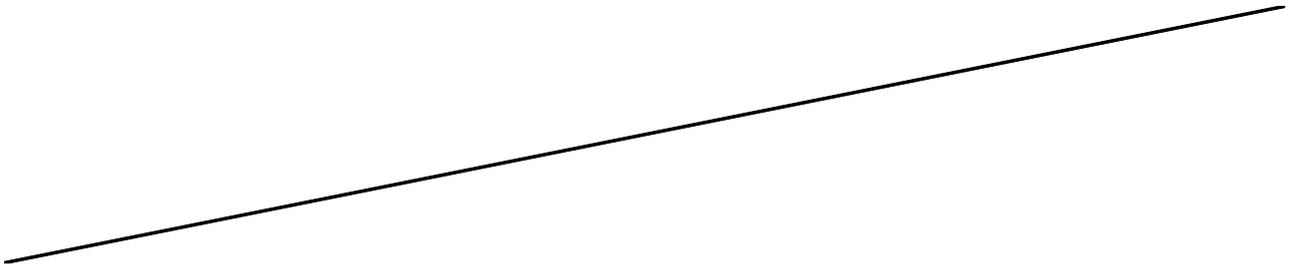
3.1.1 Considerando Memorando Circular Controladoria COFEN nº 028/2017, que informa a dispensa da apresentação do Relatório de gestão de composição da prestação de contas ordinárias do exercício de 2016, o que inviabiliza a análise do referido relatório.

3.2 Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações

3.2.1 Considerando Memorando Circular Controladoria COFEN nº 028/2017, que informa a dispensa da apresentação do Relatório de gestão de composição da prestação de contas ordinárias do exercício de 2016, o que inviabiliza a análise do referido relatório.

3.3 Estrutura de Governança e de Controle da Gestão

3.3.1 Considerando Memorando Circular Controladoria COFEN nº 028/2017, que informa a dispensa da apresentação do Relatório de gestão de composição da prestação de contas ordinárias do exercício de 2016, o que inviabiliza a análise do referido relatório.



3.4 Programação e Execução Orçamentária e Financeira

3.4.1 O COREN-TO apresentou as informações inerentes à programação e execução do orçamento anual do exercício de 2016, cumprindo, portanto, à determinação contida na Resolução Cofen nº 504/2016.

3.4.2 No que se refere às informações apresentadas cabe relatar as seguintes observações:

3.4.2.a) O regional elaborou a proposta orçamentária para o exercício de 2016, conforme quadro 1, estimando uma arrecadação no patamar de R\$ 3.862.767,59, enquanto o montante efetivamente arrecadado alcançou R\$ 3.522.831,49, correspondendo a uma variação negativa de 18,60% em relação ao inicialmente previsto; observando-se que a arrecadação das receitas correntes apresentou um variação negativa de -18,60%, demonstrando que as políticas necessárias à efetivação das receitas, sobretudo aquelas correntes, não foram plenamente implantadas, cumprindo parcialmente, portanto, ao quanto estabelecido na Lei de Finanças Públicas 4320/1964, bem como na Lei de Responsabilidade Fiscal-101/2000, art. 1º, §1º.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 2016						
CATEGORIA ECONÔMICA	PREVISÃO LOA	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d=(c-b)	VARIAÇÃO %
RECEITA CORRENTE (I)	2.970.412,29	2.970.412,29	3.862.767,59	3.522.831,49	-339.936,10	18,60%
Receita Tributária					0,00	0,00%
Receita de Contribuições	2.658.058,88	2.658.058,88	2.658.058,88	2.172.843,04	-485.215,84	-18,25%
Receita Patrimonial	11.556,79	11.556,79	11.556,79	17.334,88	5.778,09	50,00%
Receita de Serviços	184.908,44	184.908,44	184.908,44	211.880,57	26.972,13	14,59%
Transferências Correntes	0,00	0,00	892.355,30	857.358,10	-34.997,20	0,00%
Outras Receitas Correntes	115.888,18	115.888,18	115.888,18	263.414,90	147.526,72	127,30%
RECEITA CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Operações de Crédito					0,00	0,00%
Alienação Bens					0,00	0,00%
Amortização de Empréstimos					0,00	0,00%
Transferências Capital					0,00	0,00%
Outras Receitas Capital					0,00	0,00%
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (III)					0,00	0,00%
TOTAL R\$	2.970.412,29	2.970.412,29	3.862.767,59	3.522.831,49	-339.936,10	18,60%

Quadro 01

Fonte: Auditoria COFEN (adaptado)

3.4.2.b) De acordo com o Demonstrativo das Receitas Comparadas entre os exercícios de 2015 e 2016, quadro 2, o valor total arrecadado no exercício de 2015 perfez R\$ 2.734.028,99 ; enquanto em 2016 alcançou R\$ 5.522.831,49, um aumento na arrecadação de 28,85%. Pelo exposto, comparando-se a receita arrecada em 2015 com aquela prevista para 2016, observa-se que foram adotados os critérios necessários à mensuração da receita, sobretudo aquela corrente, conforme prevê os normativos já mencionados.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 2016 (ARRECADADO)			
CATEGORIA ECONÔMICA	2016	2015	VARIAÇÃO %
RECEITA CORRENTE (I)	3.522.831,49	2.734.028,99	28,85%
Receita Tributária	0,00		0,00%
Receita de Contribuições	2.172.843,04	2.099.003,81	3,52%
Receita Patrimonial	17.334,88	23.101,50	-24,96%
Receita de Serviços	211.880,57	152.300,67	39,12%
Transferências Correntes	857.358,10	216.581,97	295,86%
Outras Receitas Correntes	263.414,90	243.041,04	8,38%
RECEITA CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00%
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00%
Alienação Bens	0,00	0,00	0,00%
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00%
Transferências Capital	0,00	0,00	0,00%
Outras Receitas Capital	0,00	0,00	0,00%
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (III)	0,00	0,00	0,00%
TOTAL R\$	3.522.831,49	2.734.028,99	28,85%

Quadro 02

Fonte: Auditoria COFEN (adaptado)

3.4.2.c) No que se refere à despesa, verifica-se que o regional elaborou a proposta orçamentária para o exercício de 2016, conforme quadro 3, fixando atualizado gastos no patamar de R\$ 3.862.767,59, observando-se o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal – 101/2000, no que tange ao equilíbrio financeiro entre a previsão da receita e a fixação da despesa. A efetiva execução da despesa empenhadas perfaz R\$ 3.122.523,33, correspondendo a uma economia de 19,17% em relação a dotação atualizada fixado.

Registre-se, entretanto, que a efetiva economia apurada na realização da despesa corrente foi de 6,22%.cumprindo, portanto, ao quanto estabelecido na Lei de Finanças Públicas 4320/1964, bem como na Lei de Responsabilidade Fiscal-101/2000, art. 1º, §1º.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 2016								
CATEGORIA ECONÔMICA	FIXAÇÃO LOA	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j)=(f-g)	VARIAÇÃO % (g-e)/e
DESPESA CORRENTE (I)	2.468.412,29	2.468.412,29	3.360.767,59	3.151.742,51	3.133.884,93	3.101.368,56	209.025,08	27,68%
Pessoal e Encargos Sociais	962.791,52	962.791,52	1.549.541,52	1.387.374,99	1.387.374,99	1.354.858,62	162.166,53	44,10%
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Outras Despesas Correntes	1.505.620,77	1.505.620,77	1.811.226,07	1.764.367,52	1.746.509,94	1.746.509,94	46.858,55	17,19%
DESPESA CAPITAL (II)	22.000,00	22.000,00	22.000,00	21.154,77	21.154,77	21.154,77	845,23	-3,84%
Investimentos	22.000,00	22.000,00	22.000,00	21.154,77	21.154,77	21.154,77	845,23	-3,84%
Inversões Financeiras							0,00	0,00%
Amortização da Dívida							0,00	0,00%
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (III)	480.000,00	480.000,00	480.000,00	0,00	0,00	0,00	480.000,00	0,00%
TOTAL R\$	2.970.412,29	2.970.412,29	3.862.767,59	3.172.897,28	3.155.039,70	3.122.523,33	689.870,31	6,82%

Quadro 03

Fonte: Auditoria COFEN (adaptado)

3.4.2.d) Conforme pode ser observado no Demonstrativo das Despesas Comparadas entre os exercícios de 2015 e 2016, quadro 4, o valor total da despesa realizada no exercício de 2015 perfaz R\$3.059.106,98 ; enquanto em 2016 alcançou R\$ 3.171.897,28; caracterizando um aumento dos gastos em 2016 de 3,72%. A análise quanto ao resultado orçamentário será tratada no item 4.1 deste relatório.

3.4.2.e) Registre-se que foi possível verificar que houve remanejamento ou abertura de créditos adicionais, bem como confrontá-los com os respectivos atos de autorização, conforme prevê a Lei 4320/64, cumprindo, portanto, ao quanto estabelecido nos artigos 42, 46 e 101, da citada norma.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 2016 (EMPENHADO)			
CATEGORIA ECONÔMICA	2016	2015	VARIAÇÃO %
DESPESA CORRENTE (I)	3.151.742,51	3.056.794,98	3,11%
Pessoal e Encargos Sociais	1.387.374,99	1.286.636,46	7,83%
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00%
Outras Despesas Correntes	1.764.367,52	1.770.158,52	-0,33%
DESPESA CAPITAL (II)	21.154,77	2.312,00	815,00%
Investimentos	21.154,77	2.312,00	815,00%
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00%
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00%
TOTAL R\$	3.172.897,28	3.059.106,98	3,72%
TOTAL LISTAGEM EMPENHOS R\$	3.343.872,00		

Quadro 04

Fonte: Auditoria COFEN (adaptado)

3.4.2.f) Registre-se a convergência verificada entre o valor total da despesa, apurado no Comparativo da Despesa Autorizada - Exercício R\$ 3.171.897,28 e aquele registrado na Listagem de Empenhos R\$ 3.171.897,28 (CD com listagem eletrônica de empenhos, cumprindo, portanto, ao quanto estabelecido na Lei 4320/1964, artigo 59, o qual estabelece que o empenho da despesa não poderá exceder o limite dos créditos concedidos, combinado com o artigo 60 o qual prevê que é vedada a realização de despesa sem prévio empenho.

Por oportuno verifica-se que houve divergência entre a cronologia e a numeração dos empenhos.

3.4.2.g) Comparando-se os gastos executados no exercício, por meio do detalhamento dos elementos despesas, sobretudo aqueles passíveis de realização de procedimento licitatório, com as despesas liquidadas em 2015, por modalidade de contratação (fls. 00), verifica-se pelos valores de R\$ 704.659,84 e R\$ 1.271.283,64, quadros 5 e 6, respectivamente, que o COREN-TO tem respaldado seus gastos, de modo geral, nas determinações esculpidas na Lei de Licitações 8.666/93. Cabe ressaltar que para um enquadramento específico de cada elemento de despesa, ratificando-se ou não o cumprimento integral da norma, seria necessária a adoção de procedimentos de auditoria aplicados “in loco”.

DESPESAS PASSÍVEIS DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO 2016	
CATEGORIA ECONÔMICA	DESPESA EMPENHADA
DESPESA CORRENTE	683.505,07
Material Consumo	80.257,34
Passagens	47.539,62
Seguros	13.082,35
Divulgação e Imprensa	29.587,47
Pessoa Jurídica (outras despesas passíveis de procedimentos licitatórios)	513.038,29
DESPESA CAPITAL	21.154,77
Equipamentos e Materiais	21.154,77
Obras e Instalações	0,00
TOTAL R\$	704.659,84

Quadro 05

Fonte: Auditoria COFEN (adaptado)

DESPESAS LIQUIDADAS POR PROCEDIMENTO LICITATÓRIO 2016	
Concorrência	0,00
Tomada de Preços	0,00
Pregão Presencial	91.970,22
Pregão Eletrônico	0,00
Convite	148.426,10
Dispensa	1.020.191,33
Inexigibilidade	10.695,99
TOTAL R\$	1.271.283,64

Quadro 06

Fonte: Auditoria COFEN (adaptado)

3.4.2.h) No tocante à Lei 5.905/73, artigo 10, incisos I a III, especificamente no que se refere ao valor a ser transferido ao COFEN tendo como base as receitas arrecadas pelo regional, verifica-se o não atendimento ao quanto estabelecido na norma, conforme pode ser observado no quadro 7.

APURAÇÃO DO VALOR TRANSFERIDO AO COFEN (LEI5.905/73, ART. 10)		
Item	NATUREZA DA RECEITA	VALOR R\$
1	Receita de Contribuições	2.172.843,04
2	Receitas de Serviços	211.880,57
3	Multas e Juros Anuidade PF / PJ	260.822,32
4	Receita Dívida Ativa	0,00
7	Correção Monetária S/anuidade	0,00
8	Doações	
9	Cancelamento de Restos a pagar	
10	Receitas não identificadas	2.592,58
11	Outras Receitas	0,00
A	BASE DE CÁLCULO ART. 10	2.648.138,51
B	TRANSFERÊNCIA CALCULADA (A x 25%)	662.034,63
C	TRANSFERÊNCIA INFORMADA - COREN	619.713,88
D	TRANSFERÊNCIA REGISTRADA - COFEN	0,00

Quadro 07

Fonte: Auditoria COFEN (adaptado)

3.4.2.i) Observa-se por meio das informações apresentadas, inerentes as transferências de recursos recebidos pelo COREN-TO em 2016, oriundas de convênios e congêneres, que não existem inconformidades que ensejem a abertura de Tomada de Contas Especial ou que possam influenciar negativamente na apreciação da prestação de contas do exercício de 2016.

3.5 Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão-de-obra e Custos Relacionados

3.5.1 Considerando Memorando Controladoria COFEN nº 028/2017, que informa a dispensa da apresentação do Relatório de gestão de composição da prestação de contas ordinárias do exercício de 2016, o que inviabiliza a análise do referido relatório.

3.6 Conformidade e Tratamento das Disposições Legais e Normativas

3.6.1 Considerando Memorando Controladoria COFEN nº 028/2017, que informa a dispensa da apresentação do Relatório de gestão de composição da prestação de contas ordinárias do exercício de 2016, o que inviabiliza a análise do referido relatório.

3.6.1.a) Considerando Memorando Controladoria COFEN nº 028/2017, que informa a dispensa da apresentação do Relatório de gestão de composição da prestação de contas ordinárias do exercício de 2016, o que inviabiliza a análise do referido relatório.

3.6.1.c) Registre-se o cumprimento ao quanto estabelecido na Lei 8.730/93, tendo em vista que o regional declarou ter recebido as Declarações de Bens e Rendas referentes aos agentes públicos em exercício na instituição (fl. 00).

3.6.1.d) A Lei de Responsabilidade Fiscal - 101/2000, em seu artigo 19, inciso I, estabelece que para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração, sobretudo para as unidades jurisdicionadas que compõem o Governo Federal terá o limite máximo de 50%, tomando-se como base a receita corrente líquida. O quadro 8 apresenta o percentual de 47,93% aplicado pelo COREN-TO em despesas de pessoal. Conclui-se, pelo exposto, que o percentual apurado encontra-se dentro do limite máximo de 50% estabelecidos pelo normativo aplicável.

APURAÇÃO DO LIMITE COM DESPESAS DE PESSOAL (LEI 101/2000, ART. 19, I)		
ITEM	NATUREZA DA RECEITA	VALOR R\$
01	RECEITA CORRENTE	3.522.831,49
02	(-) Deduções da Receita Corrente	-857.358,10
02.01	(-) Especificar Convênio COFEN, Semana enfermagem, FUNAD e etc...	-857.358,10
02.02	(-) Especificar	
03	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (BASE DE CÁLCULO ART. 19, I) (1-2)	2.665.473,39
04	PESSOAL CIVIL (Despesa Empenhada)	1.387.374,99
05	(-) Despesas não computadas (ART 19,§ 1º)	-109.842,76
05.01	(-) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00
05.02	(-) Decorrentes de Decisão Judicial	0,00
05.03	(-) Despesas de Exercícios Anteriores	0,00

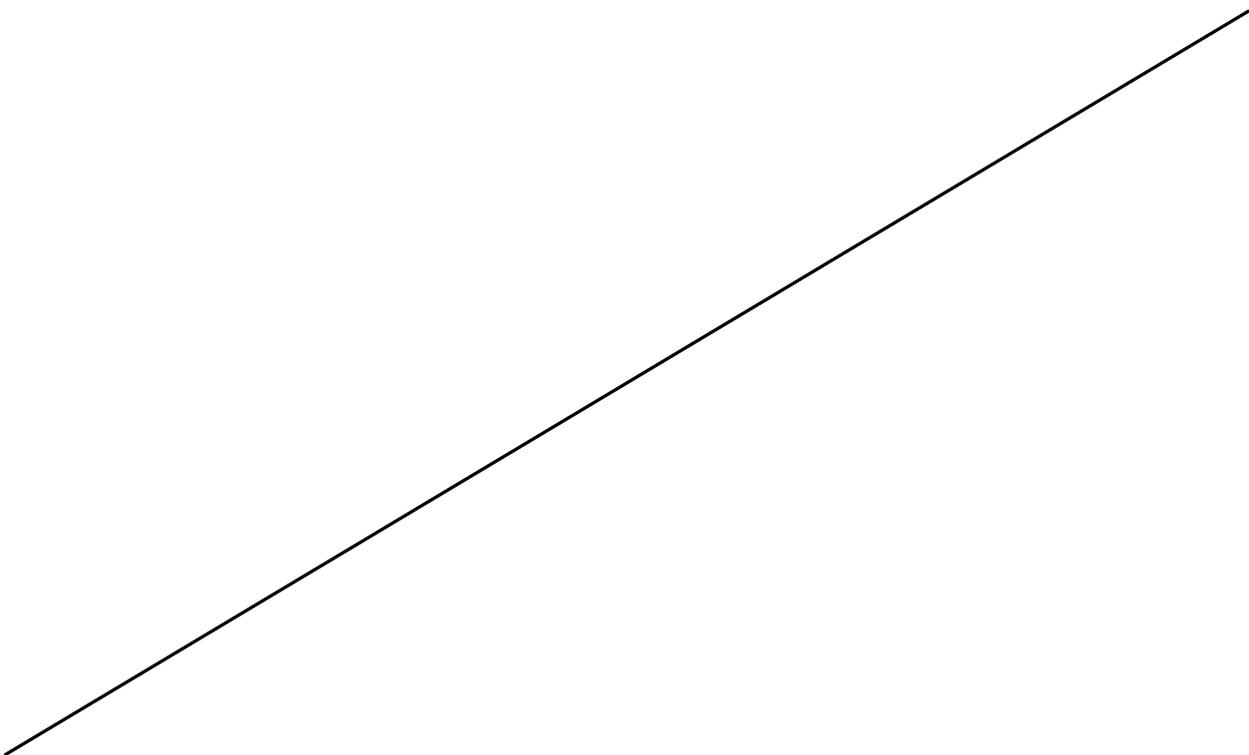
3.7 Informações Contábeis

3.7.1 O COREN-TO apresentou as informações inerentes aos registros contábeis correspondentes ao exercício financeiro de 2016, cumprindo , portanto, a determinação contida na Resolução Cofen nº 504/2016, art.12,III.

3.7.2 Cabe registrar que a análise sobre os diversos anexos que compõem as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público foram procedidas em capítulo específico deste relatório.

3.8 Outras Informações sobre a Gestão

3.8.1 O COREN-TO relatou informações complementares julgadas necessárias, cumprindo a determinação contida na Resolução Cofen nº 504/2016, art.12,III.



4. DA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Este capítulo trata da conformidade da prestação de contas anual, no que tange aos critérios adotados para elaboração das demonstrações contábeis, com a legislação emanada do Conselho Federal de Contabilidade, bem como com os regramentos fixados nas Normas de Direito Financeiro Aplicadas ao Setor Público. A análise subdivide-se, pontualmente, de acordo com os anexos apresentados, XII a XVIII, estabelecidos pela Lei 4.320/64, conforme descrito a seguir:

4.1 Balanço Orçamentário (Anexo XII)

4.1.1 O COREN-TO apresentou as informações inerentes à programação e execução do orçamento anual do exercício de 2016, fornecendo o necessário detalhamento, cumprindo, portanto, a determinação contida na Resolução Cofen nº 504/2016, art.12,VI.

4.1.2 Registre-se que a execução orçamentária do exercício de 2016 foi analisada detalhadamente no item 3.4 deste relatório, cabendo ressaltar a conformidade do citado demonstrativo com as demais peças do balanço consolidado, em cumprimento ao quanto estabelecido nas Normas de Direito Financeiro, sobretudo no que refere à Lei de Finanças Públicas - 4320/64, artigo 101. Verifica-se que, enquanto o exercício de 2016 ocorreu superávit orçamentário (R\$ 349.934,21), em 2015 houve a ocorrência de déficit no valor de R\$ - 325.077,99, comprometendo o equilíbrio orçamentário da gestão no período analisado.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	2016		2015	
	PREVISTO R\$	REALIZADO R\$	PREVISTO R\$	REALIZADO R\$
RECEITA CORRENTE	2.970.412,29	3.522.831,49	1.840.000,00	2.734.028,99
RECEITA CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS	2.970.412,29	3.522.831,49	1.840.000,00	2.734.028,99
DESPESA CORRENTE	2.468.412,29	3.151.742,51	1.820.000,00	3.056.794,98
DESPESA DE CAPITAL	22.000,00	21.154,77	20.000,00	2.312,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	480.000,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS	2.970.412,29	3.172.897,28	1.840.000,00	3.059.106,98
DÉFICIT R\$	0,00	0,00	0,00	-325.077,99
SUPERAVIT R\$	0,00	349.934,21	0,00	0,00

Quadro 09

Fonte: Auditoria COFEN (adaptado)

4.1.3 Registre-se a consonância entre os créditos adicionais abertos com a dotação autorizada registrada no Balanço Orçamentário.

FIXAÇÃO INICIAL		CRÉDITOS ADICIONAIS								DOTAÇÃO AUTORIZADA B. ORÇ (b)	DIFERENÇA (a) - (b)	
DOTAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL B. ORÇ	CRÉDITOS			ANULAÇÃO (-)	FUNTE (+)						DOTAÇÃO AUTORIZADA ATUAL (a)
		SUPLEMENT.	ESPECIAL	EXTRAOR.		POR ANULAÇÃO	SUPERAVIT FINANCEIRO	EXCESSO ARRECAD.	OPERAÇÃO CRÉDITO			
DESPESAS CORRENTES	2.468.412,29	892.355,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	892.355,30	0,00	3.360.767,59	3.360.767,59	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	962.791,52	586.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	586.750,00	0,00	1.549.541,52	1.549.541,52	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	1.505.620,77	305.605,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	305.605,30	0,00	1.811.226,07	1.811.226,07	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	22.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.000,00	22.000,00	0,00
Investimentos	22.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.000,00	22.000,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA CONTINGÊNCIA	480.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	480.000,00	480.000,00	0,00
TOTAL R\$	2.970.412,29	892.355,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	892.355,30	0,00	3.862.767,59	3.862.767,59	0,00
CONSOLIDAÇÃO CRÉDITOS / FONTE		892.355,30			0,00	892.355,30				SALDO CONSOLIDADO!		

Quadro 09.1

Fonte: Auditoria COFEN (adaptado)

4.1.4 Registre-se o encaminhamento do quadro detalhado referente à execução dos restos a pagar não processados, o qual será consolidado com as demais demonstrações apresentadas.

EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO f=(a+b-d-e)
	EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	31 DEZEMBRO EXERC. ANT. (b)				
DESPESAS CORRENTES	0,00	12.625,89	5.050,00	5.050,00	7.575,89	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	12.625,89	5.050,00	5.050,00	7.575,89	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL R\$	0,00	12.625,89	5.050,00	5.050,00	7.575,89	0,00

Quadro 09.2

Fonte: Auditoria COFEN (adaptado)

4.1.5 Registre-se o encaminhamento do quadro detalhado referente à execução dos restos a pagar processados, o qual será consolidado com as demais demonstrações apresentadas.

EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS						
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO f=(a+b-d-e)
	EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	31 DEZEMBRO EXERC. ANT. (b)				
DESPESAS CORRENTES	0,00	100.970,46		99.541,86	708,60	720,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	29.158,12		29.158,12	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	71.812,34		70.383,74	708,60	720,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
TOTAL R\$	0,00	100.970,46		99.541,86	708,60	720,00

Quadro 09.3

Fonte: Auditoria COFEN (adaptado)

4.2 Balanço Financeiro (Anexo XIII)

4.2.1 O COREN-TO apresentou as informações inerentes à execução financeira do exercício de 2016, cumprindo, portanto, a determinação contida na Resolução Cofen nº 504/2016, art.12,VII. No que se refere às informações apresentadas cabe relatar as seguintes observações:

4.2.1.a) O saldo disponível verificado ao final do exercício de 2016, demonstrado no quadro 10, após a conciliação do respectivo balanço, foi de R\$ 347.298,29, representando uma variação positiva de 214% em relação ao exercício anterior (2015), o qual correspondia em 31/12/14 a R\$ 161.827,96. Parte desse saldo se refere a saldo de convênio não devolvido (FUNAD).

BALANÇO FINANCEIRO				
GRUPO	ITEM	RUBRICA	2016	2015
	1	RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I)	3.522.831,49	2.734.028,99
6212	1.1	Corrente	3.522.831,49	2.734.028,99
6212	1.2	Capital	0,00	0,00
	2	TRANSF. FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)	0,00	0,00
4511	2.1	Execução Orçamentária	0,00	
4512	2.2	Independente de Execução Orçamentária	0,00	
	3	RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (III)	411.869,53	3.561.467,67
5311	3.1	Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	17.857,58	12.625,89
5321	3.2	Inscrição de Restos a Pagar Processados	32.516,37	100.970,46
2188	3.3	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.046,33	262,98
-	3.4	Outros Recebimentos Extraorçamentários	359.449,25	3.447.608,34
	4	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)	161.827,96	550.660,50
1110	4.1	Caixa e Equivalentes de Caixa	161.827,96	550.660,50
1135	4.2	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00
TOTAL INGRESSOS (V) = (I+II+III+IV)			4.096.528,98	6.846.157,16
DISPÊNDIOS				
GRUPO	ITEM	RUBRICA	2016	2015
	1	DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI)	3.122.523,33	3.046.481,09
62213	1.1	Corrente	3.101.368,56	3.044.169,09
62213	1.2	Capital	21.154,77	2.312,00
	2	TRANSF. FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)	0,00	0,00
3511	2.1	Execução Orçamentária		
3512	2.2	Independente de Execução Orçamentária		
	3	PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (VIII)	576.333,41	3.529.572,03
6314	3.1	Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	5.050,00	47.656,48
6322	3.2	Pagamento de Restos a Pagar Processados	99.541,86	5.583,25
2188	3.3	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.999,25	
-	3.4	Outros Recebimentos Extraorçamentários	469.742,30	3.476.332,30
	4	SALDO PARA EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)	347.298,29	161.827,96
1110	4.1	Caixa e Equivalentes de Caixa	347.298,29	161.827,96
1135	4.2	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00
TOTAL DISPÊNDIOS (X) = (VI+VII+VIII+XI)			4.046.155,03	6.737.881,08
SALDO PARA EXERCÍCIO SEGUINTE (IX) - CALCULADO PELO SISTEMA			397.672,24	

Quadro 10

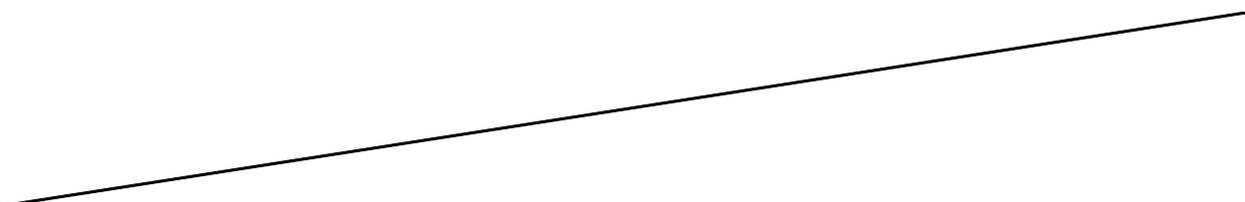
Fonte: Auditoria COFEN (adaptado)

4.2.1.b) Registre-se que não foram verificadas divergências entre os extrato bancários e saldos registrados no Razão Analítico listados no quadro 11.

CONCILIAÇÃO BANCÁRIA					
FOLHA		CONTA	SD. RAZÃO 31/12	FOLHA	SD. BANCO 31/12
	CC	7149-8 AG 3962	-		-
	CC	34.894-5	-		-
	CC	38.599-9	-		-
	CC	39.194-8	-		-
	CC	21.324-1	1,00		1,00
	CC	7149-8 AG 3615	86.791,58		86.791,58
	APLI	7149-8 AG 3962	4.992,35		4.992,35
	APLI	21.324-1	-		-
	APLI	38.599-9	-		-
	APLI	39.194-8	255.513,36		255.513,36
TOTAL R\$			347.298,29		347.298,29
SALDO REGISTRADO NO BALANÇO PATRIMONIAL R\$					347.298,29

Quadro 11

Fonte: Auditoria COFEN (adaptado)



4.3 Demonstração das Variações Patrimoniais (Anexo XV)

4.3.1 O COREN-TO apresentou as informações inerentes à variação patrimonial do exercício de 2016, fornecendo o necessário detalhamento quanto à movimentação resultante da execução orçamentária, independente da execução orçamentária, bem como da mutação patrimonial; cumprindo, portanto, a determinação contida na Resolução Cofen nº 504/2016, art.12,IX.

4.3.2 No que se refere às informações apresentadas cabe relatar as seguintes observações:

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
Rubrica	Exercício Atual R\$	Exercício Anterior R\$
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
Contribuições	2.479.587,93	2.548.925,70
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	2.479.587,93	2.548.925,70
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	211.880,57	152.300,67
Valor Bruto de Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	211.880,57	152.300,67
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	278.157,20	266.142,54
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora	260.822,32	243.041,04
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	17.334,88	23.101,50
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas - Financeiras	0,00	0,00
Transferências e Delegações Recebidas	857.358,10	216.581,97
Transferências Intra Governamentais	857.358,10	216.581,97
Transferências Inter Governamentais	0,00	0,00
Transferências das Instituições Privadas	0,00	0,00
Transferências das Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00
Valorização e Ganhos com Ativos	0,00	0,00
Reavaliação de Ativos	0,00	0,00
Ganhos com Alienação	0,00	0,00
Ganhos com Incorporação de Ativos por Descobertas e Nascimento	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	3.301,18	0,00
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	0,00	0,00
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	3.301,18	0,00
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas R\$ (I)	3.830.284,98	3.183.950,88
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
Rubrica	Exercício Atual R\$	Exercício Anterior R\$
Pessoal e Encargos	1.387.374,99	1.335.655,29
Remuneração de Pessoal	992.313,58	870.508,46
Encargos Patronais	285.218,65	280.592,47
Benefícios a Pessoal	109.842,76	103.084,19
Custo de Pessoa e Encargos	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	0,00	81.470,17
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	0,00	0,00
Aposentadorias e Reformas	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00

Benefícios de Prestação Continuada	0,00	0,00
Benefícios Eventuais	0,00	0,00
Políticas Públicas de Transferência de Renda	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	0,00	0,00
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	742.721,76	807.177,59
Uso de Material de Consumo	84.112,06	66.489,08
Serviços	658.609,70	740.688,51
Depreciação, Amortização e Exaustação	0,00	0,00
Custo de Materiais, Serviços e Consumo de Capital Fixo	0,00	0,00
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	0,00	0,00
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora	0,00	0,00
Variações Monetárias e Cambiais	0,00	0,00
Descontos Financeiros Concedidos	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras	0,00	0,00
Transferências e Delegações Concedidas	619.713,88	623.586,41
Transferências Intra Governamentais	619.713,88	623.586,41
Transferências Inter Governamentais	0,00	0,00
Transferências a Instituições Privadas	0,00	0,00
Transferências a Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00
Desvalorização e Perdas de Ativos	0,00	0,00
Redução a Valor Recuperável e Provisão para Perdas	0,00	0,00
Perdas com Alienação	0,00	0,00
Perdas Involuntárias	0,00	0,00
Tributárias	0,00	0,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
Contribuições	0,00	0,00
Custo com Tributos	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	389.929,02	279.041,94
Premiações	0,00	0,00
Resultado Negativo de Participações	0,00	0,00
Incentivos	0,00	0,00
Subvenções Econômicas	0,00	0,00
Participações e Contribuições	0,00	0,00
VPD de Constituição de Provisões	0,00	0,00
Custo de Outras VPD	0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	389.929,02	279.041,94
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas R\$ (II)	3.139.739,65	3.045.461,23
Resultado Patrimonial do Período R\$ (II - I)	690.545,33	138.489,65

Quadro 12

Fonte: Auditoria COFEN (adaptado)

4.3.2.b) Registre-se o encaminhamento do quadro detalhado referente à variação patrimonial qualitativa (fls. 00-00), o qual será consolidado com as demais demonstrações apresentadas.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (Decorrentes da Execução Orçamentária)		
TÍTULOS	Exercício Atual	Exercício Anterior
Incorporação de Ativo		
Desincorporação de Passivo		
Incorporação de Passivo		
Desincorporação de Ativo		

Quadro 13

Fonte: Auditoria COFEN (adaptado)



4.4 Balanço Patrimonial (Anexo XIV)

4.4.1 O COREN-TO apresentou as informações inerentes à evolução patrimonial da entidade, cumprindo, portanto, a determinação contida na Resolução Cofen nº 504/2016, art.12,V

No que se refere às informações apresentadas, cabe relatar as seguintes observações:

4.4.1.a) Analisando-se a capacidade do regional de honrar seus compromissos de curto prazo, é possível constatar que o Índice de Liquidez Corrente - ILC, o qual determina quanto a instituição possui de disponibilidade e créditos para cada unidade de obrigações exigíveis, sendo calculado por meio do quociente entre o ativo financeiro e passivo financeiro, registrou o valor de 20,37 em 2016, o que demonstra que o regional tem buscado manter uma gestão responsável, haja vista que em 2014 o ILC correspondeu a 5,76.

BALANÇO PATRIMONIAL				
RUBRICA		EXERCÍCIOS		
ITEM	ATIVO	2016	2015	VARIAÇÕES
1.1	ATIVO CIRCULANTE	1.364.642,74	760.214,14	79,51%
1.1.1	Caixa e Equivalentes de Caixa	347.298,29	161.827,96	114,61%
1.1.2	Créditos a Curto Prazo - Tributários e Contribuições a Receber (lançar valor sem deduzir dívida ativa)	756.666,78	449.921,89	68,18%
1.1.2.1	Dívida Ativa - Curto Prazo	0,00	0,00	-
1.1.3	Demais Créditos e Valores de Curto Prazo	117.560,64	98.673,77	19,14%
1.1.4	Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	0,00	0,00	-
1.1.5	Estoques	5.630,28	6.435,00	-12,51%
1.1.6	VPD Pagas Antecipadamente	137.486,75	43.355,52	217,11%
1.2	ATIVO NÃO CIRCULANTE	921.823,57	900.668,80	2,35%
1.2.1	Créditos a longo Prazo (lançar valor sem deduzir dívida ativa)	95,58	95,58	0,00%
1.2.1.1	Dívida Ativa - Longo Prazo	0,00	0,00	-
1.2.2	Demais Créditos e Valores de Longo Prazo	0,00	0,00	-
1.2.3	Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	0,00	0,00	-
1.2.4	Estoques	0,00	0,00	-
1.2.5	VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00	-
1.2.6	Bens Móveis	778.617,73	757.462,96	2,79%
1.2.7	Bens Imóveis	143.110,26	143.110,26	0,00%
1.2.8	Intangível	0,00	0,00	-
1.2.9	Diferido	0,00	0,00	-
TOTAL DO ATIVO R\$		2.286.466,31	1.660.882,94	37,67%
RUBRICA		EXERCÍCIOS		
ITEM	PASSIVO	2016	2015	VARIAÇÕES
2.1	PASSIVO CIRCULANTE	67.000,86	131.962,82	-49,23%
2.1.1	Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	48.677,31	43.955,54	10,74%
2.1.2	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	0,00	0,00	-
2.1.3	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	720,00	71.812,34	-99,00%
2.1.4	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	17.293,49	15.931,96	8,55%
2.1.5	Obrigações de Repartições a Outros Entes	0,00	0,00	-
2.1.6	Provisões a Curto Prazo	0,00	0,00	-
2.1.7	Demais Obrigações a Curto Prazo	310,06	262,98	17,90%
2.2	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	0,00	0,00	-
2.2.1	Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	0,00	0,00	-
2.2.2	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	0,00	0,00	-
2.2.3	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	0,00	0,00	-
2.2.4	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00	-
2.2.5	Provisões a Longo Prazo	0,00	0,00	-
2.2.6	Demais Obrigações a Longo Prazo	0,00	0,00	-

2.2.7	Resultado Diferido	0,00	0,00	-
2.3	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.219.465,45	1.528.920,12	45,17%
2.3.1	Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00	-
2.3.2	Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital	0,00	0,00	-
2.3.3	Reservas de Capital	0,00	0,00	-
2.3.4	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00	-
2.3.5	Reservas de Lucros	0,00	0,00	-
2.3.6	Demais Reservas	0,00	0,00	-
2.3.7	Resultados Acumulados	2.219.465,45	1.528.920,12	45,17%
2.3.8	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	0,00	0,00	-
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO R\$		2.286.466,31	1.660.882,94	37,67%
ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE		20,37	5,76	
SUPERÁVIT FINANCEIRO R\$		1.292.011,60	621.816,32	107,78%

Quadro 14

Fonte: Auditoria COFEN (adaptado)

4.4.1.b) Registre-se que foi apresentada a listagem de inventários (bens móveis, imóveis e almoxarifado). Quanto ao montante de Dívida Ativa acumulado no exercício de 2015, não foi apresentado relatório da dívida ativa para análise.

COMPARATIVO INVENTÁRIO X BALANÇO PATRIMONIAL - 2016			
RUBRICA	BALANÇO PATRIMONIAL	INVENTÁRIO PATRIMONIAL	DIFERENÇA
Bens Móveis	778.617,73		778.617,73
Bens Imóveis	143.110,26		143.110,26
Estoque	5.630,28		5.630,28
Dívida Ativa	0,00		0,00
			0,00
			0,00
			0,00
TOTAL R\$	927.358,27	0,00	927.358,27

Quadro 14.1

Fonte: Auditoria COFEN (adaptado)

4.4.2.a) Registre-se o encaminhamento do quadro detalhado referente à execução dos restos a pagar , observando-se que não foram verificadas divergências com os saldo escriturados no Balancete de Verificação.

CONCILIAÇÃO DOS SALDOS CONTÁBEIS - RESTOS A PAGAR										
RUBRICA	BALANCETE SALDO INICIAL (a)	REINSCRITOS		PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	LANÇAMENTOS MANUAIS ⁽¹⁾		CONSOLIDADO SALDO = (a+b+c+g)-(d+e+f)	BALANCETE SALDO FINAL	DIFERENÇA
		EXERCÍCIOS ANTERIORES (b)	2014 (c)			DÉBITO (f)	CRÉDITO (g)			
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS								0,00		0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS								0,00		0,00
TOTAL R\$	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Quadro 14.2

Fonte: Auditoria COFEN (adaptado)

4.4.2.b) Registre-se que foram verificadas divergências entre os saldos do Ativo escriturados no Balancete de Verificação com aqueles consolidados por meio da execução orçamentária e financeira do período.

CONCILIAÇÃO DOS SALDOS CONTÁBEIS - ORÇAMENTÁRIO / VARIAÇÃO										
ATIVO	BALANCETE SALDO INICIAL (a)	ORÇAMENTÁRIO		VARIAÇÃO		LANÇAMENTOS MANUAIS ⁽¹⁾		CONSOLIDADO SALDO = (a+b+d+g)-(c+e+f)	BALANCETE SALDO FINAL	DIFERENÇA
		DESPESA LIQUIDADADA (b)	RECEITA REALIZADA (c)	AUMENTATIVA (d)	DIMINUTIVA (e)	DÉBITO (f)	CRÉDITO (g)			
BENS MÓVEIS	757.462,96							757.462,96	778.617,73	-21.154,77
BENS IMÓVEIS	143.110,26							143.110,26	143.110,26	0,00
DÍVIDA ATIVA -CP	0,00							0,00	0,00	0,00
DÍVIDA ATIVA -LP	95,58							95,58	95,58	0,00
ESTOQUE (CIRCULANTE)	6.435,00							6.435,00	5.630,28	804,72
ESTOQUE (NÃO CIRCULANTE)	0,00							0,00	0,00	0,00
TOTAL R\$	907.103,80	0,00	0,00	0,00	0,00			907.103,80	927.453,85	-20.350,05

Quadro 14.3

Fonte: Auditoria COFEN (adaptado)

⁽¹⁾ Os lançamentos manuais deverão ser justificados por meio de notas explicativas

4.4.2.c) Registre-se que não foram verificadas divergências entre os saldos do Passivo escriturados no Balancete de Verificação com aqueles consolidados por meio da execução orçamentária e financeira do período (fls. 00-00).

CONCILIAÇÃO DOS SALDOS CONTÁBEIS - ORÇAMENTÁRIO / VARIAÇÃO										
PASSIVO	BALANCETE SALDO INICIAL (a)	ORÇAMENTÁRIO		VARIAÇÃO		LANÇAMENTOS MANUAIS		CONSOLIDADO SALDO = (a+b+d)-(c+e)	BALANCETE SALDO FINAL	DIFERENÇA
		DESP. CAPITAL LIQUIDADADA (b)	REC. CAPITAL (c)	ATIVA (d)	PASSIVA (e)	DÉBITO (f)	CRÉDITO (g)			
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO								0,00		0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO								0,00		0,00
								0,00		0,00
TOTAL R\$	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00

Quadro 14.4

Fonte: Auditoria COFEN (adaptado)

4.4.3 O COREN-TO não apresentou as informações inerentes à composição da Dívida Ativa consolidada no exercício de 2016, fornecendo somente informação de que; "não houve tempo hábil para regularizar a situação contábil da dívida ativa", conforme nota explicativa.

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA ATIVA (CONTABILIZAÇÃO POR COMPETÊNCIA)					
ANO	INSCRITO	RECEBIDO	CANCELADO	A CANCELAR	A RECEBER
2001					
2002					
2003					
2004					
2005					
2006					
2007					
2008					
2009					
2010					
2011					
2012					
2013					
2014					
2015					
TOTAL R\$	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Quadro 14.3

Fonte: Auditoria COFEN (adaptado)

Os débitos e créditos registrados são detalhados por exercício, observando-se a competência. Ex.: Incrição em dívida ativa referente ao exercício de 2001, recebimento referente ao exercício de 2001, cancelamento referente ao exercício de 2001, a cancelar referente ao exercício de 2001, a receber referente ao exercício de 2001.

4.5 Demonstração do Fluxo de Caixa (Anexo XVIII)

4.5.1 O COREN-TO apresentou as informações inerentes ao fluxo de caixa do exercício de 2016, fornecendo o necessário detalhamento quanto à respectiva movimentação de ingressos e dispêndios, cumprindo, portanto, a determinação contida na Resolução Cofen nº 504/2016, art.12,V.

4.5.2 O saldo do equivalente em caixa do fluxo de caixa difere do saldo registrado do balanço financeiro e balanço patrimonial. Segundo informado pelo Coren, "justamente o valor pago em despesa de capital, R\$ 21.154,77, não está sendo considerado pelo sistema."

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
ITEM	RUBRICA	VALOR R\$
1	FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	
1.1	Ingressos	3.884.327,07
1.1.1	Receita Corrente	3.522.831,49
1.1.2	Ingressos Extraorçamentários	361.495,58
1.1.3	Outros ingressos operacionais	0,00
1.2	Desembolsos	3.677.701,97
1.2.1	Despesa Corrente Paga	3.101.368,56
1.2.2	Desembolsos Extraorçamentários	576.333,41
1.2.3	Outros desembolsos operacionais	0,00
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)		206.625,10
2	FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	
2.1	Ingressos	0,00
2.1.1	Alienação de bens	0,00
2.2.2	Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos	0,00
2.2.3	Outros ingressos de investimentos	0,00
2.2	Desembolsos	0,00
2.2.1	Aquisição de ativo não circulante	0,00
2.2.2	Concessão de empréstimos e financiamentos	0,00
2.2.3	Outros desembolsos de investimentos	0,00
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)		0,00
3	FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
3.1	Ingressos	0,00
3.1.1	Operações de crédito	0,00
3.1.2	Integralização do capital social de empresas dependentes	0,00
3.1.3	Transferências de capital recebidas	0,00
3.1.4	Outros ingressos de financiamentos	0,00
3.2	Desembolsos	0,00
3.2.1	Amortização /Refinanciamento da dívida	0,00
3.2.2	Outros desembolsos de financiamentos	0,00
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III)		0,00
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)		206.625,10
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial		161.827,96
Caixa e Equivalente de Caixa Final		368.453,06

Quadro 15

Fonte: Auditoria COFEN (adaptado)

4.6 Balancete de Verificação

4.6.1 O COREN-TO apresentou as informações inerentes à escrituração contábil realizada exercício de 2016, fornecendo o necessário detalhamento quanto ao respectivos registros dos atos e fatos, cumprindo, portanto, a determinação contida na Resolução Cofen nº 504/2016, art.12,IV.

4.6.2 O valor incrito na conta Patrimonio liquido exercicio anterior e seguinte no balancete patrimonial passivo e a variação patrimonial apresentaram diferença em relação ao balanço patrimonial.

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO - 2016								
GRUPO	ITEM ⁽¹⁾	CONTA	SALDO ANT.	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO FINAL		
ORÇAMENTÁRIO	52111	1	RECEITA CORRENTE PREVISTA		2.970.412,29			
	52112	2	RECEITA CAPITAL PREVISTA					
	52211	3	DESPESA CORRENTE FIXADA		2.468.412,29			
	52212	4	DESPESA CAPITAL FIXADA		22.000,00			
	52219	5	RESERVA DE CONTIGÊNCIA		480.000,00			
		6	EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO (1+2)-(3+4+5+6)					
	62121	7	RECEITA CORRENTE REALIZADA					
	62122	8	RECEITA CAPITAL REALIZADA					
	62211	9	DESPESA CORRENTE EXECUTADA - EMPENHADA					
	62212	10	DESPESA CAPITAL EXECUTADA - EMPENHADA					
		11	RESULTADO (DÉFICIT/ SUPERÁVIT) (7+8)-(9+10)					
FINANCEIRO	111	12	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR - CX. E EQUIVALENTES	161.827,96				
	111	13	SALDO EXERCÍCIO SEGUINTE - CX. E EQUIVALENTES			347.298,29		
	213112201	14	INSCRIÇÃO DE RP (PROCESSADO)			29.158,12		
	213112202	15	INSCRIÇÃO DE RP (NÃO PROCESSADO)		0,00			
	213112201	16	PAGAMENTO DE RP (PROCESSADO)		100.250,46			
	213112202	17	PAGAMENTO DE RP (NÃO PROCESSADOS)		0,00			
		18	RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS					
		19	PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS					
	ATIVO	1122	20	CRÉDITOS TRIBUT E CONTRIBUIÇÕES - A RECEBER -CP	449.921,89	2.761.767,62	2.455.022,73	756.666,78
113		21	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	98.673,77	61.754,06	42.867,19	117.560,64	
		22	INVESTIMENTOS - CURTO PRAZO	0,00	0,00	0,00	0,00	
115		23	ESTOQUE - CIRCULANTE	6.435,00	19.817,38	20.622,10	5.630,28	
119		24	VPD - PAGA ANTECIPADAMENTE	43.355,52	153.789,99	59.658,76	137.486,75	
1123		25	DÍVIDA ATIVA - CP	0,00	0,00	0,00	0,00	
1211		26	DÍVIDA ATIVA -LP	0,00	0,00	0,00	0,00	
1211		27	CRÉDITOS TRIBUT E CONTRIBUIÇÕES - A RECEBER -LP	95,58	0,00	0,00	95,58	
		28	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	0,00	0,00	0,00	0,00	
		29	ESTOQUE - NÃO CIRCULANTE	0,00	0,00	0,00	0,00	
		30	INVESTIMENTOS - NÃO CIRCULANTE	0,00	0,00	0,00	0,00	
		31	BENS MÓVEIS	757.462,96	21.154,77	0,00	778.617,73	
123		32	BENS IMÓVEIS	143.110,26	0,00	0,00	143.110,26	
PASSIVO		211	33	OBRIGAÇÕES TRAB., PREV. E ASSIST. - CURTO PRAZO	43.955,54	1.441.491,93	1.446.213,70	48.677,31
			34	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - CURTO PRAZO	0,00	0,00	0,00	0,00
		213	35	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR - CURTO PRAZO	71.812,34	1.949.447,23	1.878.354,89	720,00
		214	36	OBRIGAÇÕES FISCAIS - CURTO PRAZO	15.931,96	116.874,91	118.236,44	17.293,49
			37	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÕES A OUTROS ENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
		217	38	PROVISÕES - CURTO PRAZO	0,00	0,00	0,00	0,00
		218	39	DEMAIS OBRIGAÇÕES - CURTO PRAZO	262,98	1.999,25	2.046,33	310,06
	228	40	OBRIGAÇÕES TRAB., PREV. E ASSIST. - LONGO PRAZO	0,00	0,00	0,00	0,00	
		41	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - LONGO PRAZO	0,00	0,00	0,00	0,00	
		42	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR - LONGO PRAZO	0,00	0,00	0,00	0,00	
		43	OBRIGAÇÕES FISCAIS - LONGO PRAZO	0,00	0,00	0,00	0,00	
		44	PROVISÕES - LONGO PRAZO	0,00	0,00	0,00	0,00	
		45	DEMAIS OBRIGAÇÕES - LONGO PRAZO	0,00	0,00	0,00	0,00	
	237	46	PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERC. ANTERIOR	1.392.199,81			1.392.199,81	
	237	47	PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERC. SEGUINTE	136.720,31			136.720,31	
	237	48	VARIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	690.545,33			690.545,33	

Quadro 16

Fonte: Auditoria COFEN (adaptado)

⁽¹⁾Numeração correspondente ao quadro consolidado nº 19

4.7 Notas Explicativas inerentes às Demonstrações Contábeis do Exercício de 2016

4.7.1 O COREN-TO apresentou, por meio das notas explicativas, as informações complementares, julgadas necessárias à análise e interpretação dos atos e fatos escriturados nas Demonstrações Contábeis referentes a Prestação de Contas Anual de 2016, cumprindo, portanto, a determinação contida na Resolução Cofen nº 504/2016, art.12,XIV.

4.7.2 Registre-se que as informações contidas nas notas explicativas foram suficientes para dirimir as dúvidas suscitadas ao longo da análise das demonstrações contábeis apresentadas.

4.8 Consolidação dos Saldos Contábeis

4.8.1) Registre-se que foram detectadas as diferenças elencadas a seguir, apuradas no Quadro de Verificação e Consolidação dos Saldos Contábeis (Quadro 17), as quais inviabilizam a emissão de parecer conclusivo quanto à conformidade da Prestação de Contas Anual do Exercício de 2015.

ANÁLISE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL												
Unidade: Conselho Regional de Enfermagem Tocantins										As análises aplicadas à documentação apresentada		
QUADRO DE VERIFICAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DOS SALDO CONTÁBEIS												
GRUPO	ITEM	RUBRICA	LOA ANEXO	BALANCETE VERIFICAÇÃO	BALANÇO			DVP ANEXO 15	DFC ANEXO 18	ESTATUS DA VERIFICAÇÃO		
					ORÇAMENTÁRIO ANEXO 12	FINANCEIRO ANEXO 13	PATRIMONIAL ANEXO 14					
ORÇAMENTÁRIO	1	RECEITA CORRENTE PREVISTA	2.970.412,29	2.970.412,29	2.970.412,29					0,00	OK! CONSOLIDADO!	
	2	RECEITA CAPITAL PREVISTA	0,00	0,00	0,00					0,00	OK! CONSOLIDADO!	
	3	DESPESA CORRENTE FIXADA	2.468.412,29	2.468.412,29	2.468.412,29					0,00	OK! CONSOLIDADO!	
	4	DESPESA CAPITAL FIXADA	22.000,00	22.000,00	22.000,00					0,00	OK! CONSOLIDADO!	
	5	RESERVA DE CONTIGÊNCIA	480.000,00	480.000,00	480.000,00					0,00	OK! CONSOLIDADO!	
	6	EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO (1+2)-(3+4+5)	0,00		0,00					0,00	OK! CONSOLIDADO!	
	7	RECEITA CORRENTE REALIZADA			3.522.831,49	3.522.831,49			3.522.831,49	0,00	OK! CONSOLIDADO!	
	8	RECEITA CAPITAL REALIZADA			0,00	0,00			0,00	0,00	OK! CONSOLIDADO!	
	9	DESPESA CORRENTE EXECUTADA - EMPENHADA			3.151.742,51	3.101.368,56				1,00	ERRO! CORRIGIR!	
	10	DESPESA CAPITAL EXECUTADA - EMPENHADA			21.154,77	21.154,77				0,00	OK! CONSOLIDADO!	
	11	RESULTADO (DÉFICIT/ SUPERÁVIT) (7+8)-(9+10)			349.934,21	400.308,16				1,00	ERRO! CORRIGIR!	
FINANCEIRO	12	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR - CX. E EQUIVALENTES		161.827,96		161.827,96	161.827,96		161.827,96	0,00	OK! CONSOLIDADO!	
	13	SALDO EXERCÍCIO SEGUINTE - CX. E EQUIVALENTES		347.298,29		347.298,29	347.298,29		368.453,06	1,00	ERRO! CORRIGIR!	
	14	INSCRIÇÃO DE RP (PROCESSADO)			32.516,37	32.516,37				0,00	OK! CONSOLIDADO!	
	15	INSCRIÇÃO DE RP (NÃO PROCESSADO)			17.857,58	17.857,58				0,00	OK! CONSOLIDADO!	
	16	PAGAMENTO DE RP (PROCESSADO)			99.541,86	99.541,86				0,00	OK! CONSOLIDADO!	
	17	PAGAMENTO DE RP (NÃO PROCESSADOS)			5.050,00	5.050,00				0,00	OK! CONSOLIDADO!	
	18	RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS				361.495,58			361.495,58	0,00	OK! CONSOLIDADO!	
	19	PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS				576.333,41			576.333,41	0,00	OK! CONSOLIDADO!	
	OUTROS	20	CRÉDITOS TRIBUT E CONTRIBUIÇÕES - A RECEBER - CP		756.666,78			756.666,78			0,00	OK! CONSOLIDADO!
21		DEMAIS CRÉDITOS E VALORES CURTO PRAZO		117.560,64			117.560,64			0,00	OK! CONSOLIDADO!	
22		INVESTIMENTOS - CURTO PRAZO		0,00			0,00			0,00	OK! CONSOLIDADO!	
23		ESTOQUE - CIRCULANTE		5.630,28			5.630,28			0,00	OK! CONSOLIDADO!	
24		VPD - PAGA ANTECIPADAMENTE		137.486,75			137.486,75			0,00	OK! CONSOLIDADO!	
25		DÍVIDA ATIVA - CP		0,00			0,00			0,00	OK! CONSOLIDADO!	
26		DÍVIDA ATIVA - LP		0,00			0,00			0,00	OK! CONSOLIDADO!	
27		CRÉDITOS TRIBUT E CONTRIBUIÇÕES - A RECEBER - LP		95,58			95,58			0,00	OK! CONSOLIDADO!	
28		DEMAIS CRÉDITOS E VALORES LONGO PRAZO		0,00			0,00			0,00	OK! CONSOLIDADO!	
29		ESTOQUE - NÃO CIRCULANTE		0,00			0,00			0,00	OK! CONSOLIDADO!	
30		INVESTIMENTOS - NÃO CIRCULANTE		0,00			0,00			0,00	OK! CONSOLIDADO!	
31		BENS MÓVEIS		778.617,73			778.617,73			0,00	OK! CONSOLIDADO!	
32		BENS IMÓVEIS		143.110,26			143.110,26			0,00	OK! CONSOLIDADO!	
PATRIMÔNIO		33	OBRIGAÇÕES TRAB., PREV. E ASSIST. - CURTO PRAZO		48.677,31			48.677,31			0,00	OK! CONSOLIDADO!
		34	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - CURTO PRAZO		0,00			0,00			0,00	OK! CONSOLIDADO!
		35	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR - CURTO PRAZO		720,00			720,00			0,00	OK! CONSOLIDADO!
		36	OBRIGAÇÕES FISCAIS - CURTO PRAZO		17.293,49			17.293,49			0,00	OK! CONSOLIDADO!
		37	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÕES A OUTROS ENTES		0,00			0,00			0,00	OK! CONSOLIDADO!
	38	PROVISÕES - CURTO PRAZO		0,00			0,00			0,00	OK! CONSOLIDADO!	
	39	DEMAIS OBRIGAÇÕES - CURTO PRAZO		310,06			310,06			0,00	OK! CONSOLIDADO!	
	40	OBRIGAÇÕES TRAB., PREV. E ASSIST. - LONGO PRAZO		0,00			0,00			0,00	OK! CONSOLIDADO!	
	41	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - LONGO PRAZO		0,00			0,00			0,00	OK! CONSOLIDADO!	
	42	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR - LONGO PRAZO		0,00			0,00			0,00	OK! CONSOLIDADO!	
	43	OBRIGAÇÕES FISCAIS - LONGO PRAZO		0,00			0,00			0,00	OK! CONSOLIDADO!	
	44	PROVISÕES - LONGO PRAZO		0,00			0,00			0,00	OK! CONSOLIDADO!	
	45	DEMAIS OBRIGAÇÕES - LONGO PRAZO		0,00			0,00			0,00	OK! CONSOLIDADO!	
	46	PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERC. ANTERIOR		1.392.199,81			1.528.920,12			1,00	ERRO! CORRIGIR!	
	47	PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERC. SEGUINTE		2.082.745,14			2.219.465,45			1,00	ERRO! CORRIGIR!	
	48	VARIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		690.545,33			690.545,33		690.545,33	0,00	OK! CONSOLIDADO!	

Quadro 17

Fonte: Auditoria COFEN (adaptado)

JOSÉ ARCANJO PEREIRA JÚNIOR
CONTROLADOR COREN TOCANTINS

OPINIÃO

Com base na análise procedida sobre a documentação apresentada pela entidade, inerente à Prestação de Contas Anual do Exercício de 2016, constata-se o cumprimento ao quanto estabelecido por meio da Resolução Cofen nº 504/2016.

Cabe registrar que a entidade cumpriu as determinações esculpidas na Lei 4320/1964, Lei 101/2000, bem como nos demais normativos aplicados à Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial do Sistema COFEN/CORENs, com exceção das inconformidades descritas ao longo deste relatório e transcritas a seguir:

3.4.2.a) O regional elaborou a proposta orçamentária para o exercício de 2016, conforme quadro 1, estimando uma arrecadação no patamar de R\$ 3.862.767,59, enquanto o montante efetivamente arrecadado alcançou R\$ 3.522.831,49, correspondendo a uma variação negativa de 18,60% em relação ao inicialmente previsto; observando-se que a arrecadação das receitas correntes apresentou um variação negativa de -18,60%, demonstrando que as políticas necessárias à efetivação das receitas, sobretudo aquelas correntes, não foram plenamente implantadas, cumprindo parcialmente, portanto, ao quanto estabelecido na Lei de Finanças Públicas 4320/1964, bem como na Lei de Responsabilidade Fiscal-101/2000, art. 1º, §1º.
3.4.2.h) No tocante à Lei 5.905/73, artigo 10, incisos I a III, especificamente no que se refere ao valor a ser transferido ao COFEN tendo como base as receitas arrecadas pelo regional, verifica-se o não atendimento ao quanto estabelecido na norma, conforme pode ser observado no quadro 7.
4.1.3 Registre-se a consonância entre os créditos adicionais abertos com a dotação autorizada registrada no Balanço Orçamentário.
4.1.4 Registre-se o encaminhamento do quadro detalhado referente à execução dos restos a pagar não processados, o qual será consolidado com as demais demonstrações apresentadas.
4.1.5 Registre-se o encaminhamento do quadro detalhado referente à execução dos restos a pagar processados, o qual será consolidado com as demais demonstrações apresentadas.
4.3.2.b) Registre-se o encaminhamento do quadro detalhado referente à variação patrimonial qualitativa (fls. 00-00), o qual será consolidado com as demais demonstrações apresentadas.
4.4.1.b) Registre-se que foi apresentada a listagem de inventários (bens móveis, imóveis e almoxarifado). Quanto ao montante de Dívida Ativa acumulado no exercício de 2015, não foi apresentado relatório da dívida ativa para análise.
4.4.2.b) Registre-se que foram verificadas divergências entre os saldos do Ativo escriturados no Balancete de Verificação com aqueles consolidados por meio da execução orçamentária e financeira do período.
4.4.3 O COREN-TO não apresentou as informações inerentes à composição da Dívida Ativa consolidada no exercício de 2016, fornecendo somente informação de que; "não ouve tempo hábil para regularizar a situação contábil da dívida ativa", conforme nota explicativa.
4.6.2 O valor incrito na conta Patrimonio liquido exercicio anterior e seguinte no balancete
4.8.1) Registre-se que foram detectadas as diferenças elencadas a seguir, apuradas no Quadro de Verificação e Consolidação dos Saldos Contábeis (Quadro 17), as quais inviabilizam a emissão de parecer conclusivo quanto à conformidade da Prestação de Contas Anual do Exercício de 2015.

Palmas, 15 de março de 2017.

JOSÉ ARCANJO PEREIRA JÚNIOR

CONTROLADORIA GERAL DO COREN-TO
